

RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.164 - PR (2015/0019270-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **CHRISTINA MARA JUSTUS BOENO**
ADVOGADOS : **GIOVANI WEBBER - PR033138**
: **LUCIO MAURO NOFFKE E OUTRO(S) - PR035569**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **CHRISTINA MARA JUSTUS BOENO**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado:

"DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL OBJETO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA.

Adequada a decisão do juízo singular de ensejar o levantamento do sequestro mediante o depósito, pela proprietária, de montante, corrigido, correspondente aos valores já recebidos do promitente comprador, de modo que o juízo criminal reste garantido sem prejuízo à promitente vendedora que recebera apenas parte do valor avençado. (e-STJ, fl. 203)

Nas razões do especial, aponta contrariedade aos arts. 1.046 do CPC, art. 1.245, *caput* e § 1º, do CC, combinado com o art. 221, I, da Lei n. 6.015/73 e art. 125 do CPP, art. 129 e 131 do CPP e art. 265, IV, "a", do CPC.

Questiona, em suma, a exigência de depósito no valor de R\$ 877.000,00 para o levantamento do sequestro, porquanto a propriedade não teria sido sequer transmitida ao acusado, por inadimplemento do valor acordo em contrato de promessa de compra e venda.

Contrarrazões às fls. 424-427 (e-STJ).

O Ministério Público opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fl. 457-471).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, anota-se a seguinte passagem do acórdão recorrido no que pertinente ao deslinde da controvérsia:

"É fato incontestado nos autos a boa-fé da embargante e a propriedade dos imóveis sob as matrículas nºs 7671, 7672, 11.090 e 11.091, do Cartório do Registro de Imóveis de Catanduvas/PR.

Entretanto, à terceira alheia à ação penal foi pago 65% do valor de imóvel, e sobre este valor pendem indícios fortes acerca de sua licitude, sendo justamente este o fundamento da medida constritiva ora impugnada.

Desta forma, é imperioso que o imóvel ou, então, o montante por ele já

pago no valor de R\$ 807.000,00, permaneçam vinculados à ação penal, garantindo a natureza assecuratória preventiva, de forma a resguardar eventual indenização e impossibilitar que o agente tenha lucro com a atividade criminosa, além de assegurar eventuais e futuras penas pecuniárias,.

Não se está questionando, portanto, a propriedade do bem. Nem se está a impor restrições a quem não é réu em ação penal. Exclusivamente se reconhece, neste momento, que ante os indícios de ilicitude a medida constritiva originalmente decretada deve, de alguma forma ser preservada. Assim, a sentença não merece retoques no ponto em que fixou garantia para o levantamento da constrição judicial, equivalente ao que já lhe foi pago por Almir José Pinto. É que, já tendo recebido mais da metade dos valores contratados, a proprietária não pode retomar a propriedade plena do imóvel e todo o feixe de prerrogativas a ele inerentes sem restituir os valor já integralizados pelo promitente comprador e que interessam à ação penal." (e-STJ, fl. 202)

Como se vê, o Tribunal de origem pressupõe a impertinência do sequestro de bem cuja pretensa aquisição, com os proventos do delito, não se concretizou.

Assim, não deve ser conhecido o recurso em relação ao normativo institucional do direito de propriedade, por envolver matéria incontroversa na origem, o que atrai, no particular, o óbice da Súmula 284/STF.

De todo modo, presentes indícios da procedência ilícita do valor repassado a embargante, concluiu-se pela necessidade de bloqueio do dinheiro, medida cautelar autorizada, conforme previsão dos arts. 132 c/c o 126 do CPP.

A propósito:

"RECURSO ESPECIAL.PROCESSO PENAL. SEQUESTRO DE BEM MÓVEL. AERONAVE. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 72 E 106, § 1º, DA LEI N. 7.565/86. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OFENSA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INOCORRÊNCIA.

1. O Tribunal recorrido não se manifestou quanto aos arts. 72 e 106, § 1º, da Lei n. 7.565/86. Inviável, assim, neste particular, o conhecimento do apelo especial, pois não cumprido o requisito do prequestionamento do tema. Aplicação do verbete n. 282 da Súmula do STF.

2. Extraíndo-se dos autos manifestação fundamentada, quando do julgamento dos aclaratórios pela Corte de origem, acerca de todas as matérias suscitadas pela recorrente, não se vislumbra a ocorrência de omissão ou contradição no julgado atacado.

MEDIDA ASSECURATÓRIA. NECESSIDADE DE QUE O BEM INTEGRE EM ALGUM MOMENTO O PATRIMÔNIO JURÍDICO DO INDICIADO OU ACUSADO DA PRÁTICA DO CRIME. BEM OBJETO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. CESSÃO DOS DIREITOS DE USO SOBRE A AERONAVE AO AGENTE POR PARTE DA EMPRESA RECORRENTE

MEDIANTE ENTREGA DE RETRIBUIÇÃO MONETÁRIA. AJUSTE NÃO CUMPRIDO.

CAUSA SUPERVENIENTE QUE IMPEDIU AO INVESTIGADO DE HONRAR A OBRIGAÇÃO ASSUMIDA. SEQUESTRO NÃO ADMITIDO.

1. Como é cediço, no âmbito processual penal, o sequestro é a cautela que recai sobre todos os bens móveis ou imóveis que o indiciado ou acusado adquiriu valendo-se do dinheiro subtraído da vítima, com o escopo de viabilizar a sua futura reparação ou ainda impedir que o agente aufera lucro com o crime (arts. 133, parágrafo único, do CPP e 91, II, b do Código Penal).
2. Colhe-se do processado que a empresa recorrente e terceiro negociaram a compra de parte dos direitos de uso de aeronave pertencentes à pessoa jurídica.
3. Embora tenha se verificado o pagamento de sinal, o terceiro, que à época era investigado em virtude da prática, em tese, de crimes contra a ordem tributária, não efetuou o pagamento das demais parcelas da avença, pois restou preso preventivamente no curso do inquérito policial.
4. Em todo contrato, o inadimplemento por um dos celebrantes desobriga a outra parte, acarretando a resolução do pacto sem que tenha alcançado o seu fim.
5. Se não foi cumprido o objeto do contrato, afigura-se indevida a constrição sobre a aeronave, pois sequer o seu direito de uso (e, portanto, a sua posse direta) passou a integrar o patrimônio jurídico do então investigado.
6. Presentes indícios da sua proveniência ilícita, como firmado no aresto do Tribunal recorrido, o valor repassado à recorrente à título de sinal deve, a teor do art. 132 c/c art. 126, do Código de Processo Penal, ficar bloqueado, à disposição da justiça.
7. Recurso especial conhecido apenas em parte e provido para deconstituir o sequestro sobre a aeronave, e, em decorrência, a caução substitutiva acolhida pela Corte recorrida em sede de apelação, determinando-se à empresa recorrente que deposite em juízo a quantia recebida como sinal, devidamente corrigida desde o desembolso."

(REsp 1.299.987/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 15/04/2014)

"PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. BOA-FÉ DO EMBARGANTE. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO IDÔNEA. LEVANTAMENTO DO SEQUESTRO ANTES DA DECISÃO FINAL. POSSIBILIDADE.

1. O promitente vendedor tem legitimidade para propor ação de embargos de terceiro com o objetivo de revogar o sequestro de bem prometido à venda.
2. Não evidenciada a má-fé do embargante, é possível a revogação do sequestro antes da decisão final, desde que prestada caução idônea.
3. A caução deve corresponder ao valor do montante proveniente dos ilícitos penais utilizados na aquisição do bem sequestrado.

Superior Tribunal de Justiça

4. Pedidos julgados parcialmente procedentes."

(Pet 9.844/AP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/08/2016, DJe 30/08/2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do recurso especial, e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator